

## **Bahia Ferrovias S.A.**

Informações financeiras intermediárias  
em 31 de março de 2025  
e relatório do auditor independente sobre a  
revisão das informações financeiras intermediárias

# Índice

|    |                                                              |
|----|--------------------------------------------------------------|
| 2  | Relatório da Administração                                   |
| 5  | Relatório sobre a revisão das informações trimestrais        |
| 7  | Balanço patrimonial                                          |
| 8  | Demonstração do resultado                                    |
| 9  | Demonstração do resultado abrangente                         |
| 10 | Demonstração das mutações do patrimônio líquido              |
| 11 | Demonstração dos fluxos de caixa                             |
| 12 | Demonstração do valor adicionado                             |
| 13 | Notas explicativas às informações financeiras intermediárias |
| 27 | Composição da Diretoria e Gerência Geral Financeira          |

# Relatório da Administração

31 de março 2025

(Em milhares de reais)

## Contexto

A Bahia Ferrovias S.A. ("Bahia Ferrovias" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 19 de julho de 2021, com o objetivo de explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Magalhães Neto, 1.752, edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

Em 3 de setembro de 2021, foi assinado o Contrato de Subconcessão da exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, denominada de Ferrovia de Integração Oeste-Leste ("FIOL"), entre a União, representado pela ANTT e a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. ("VALEC"), denominada interveniente e subconcedente e a Companhia, na qualidade de subconcessionária, para a construção e prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da FIOL, por um período de 35 anos, a contar a partir da data da assinatura, não postergável.

Anteriormente à subconcessão, o empreendimento FIOL estava sendo executado pela VALEC, empresa pública vinculada ao Ministério de Infraestrutura ("MINFRA"). O projeto completo da FIOL compreende o trecho entre os municípios de Ilhéus, no estado da Bahia, e o município de Figueirópolis, no estado de Tocantins, numa extensão de 1.527 km. O Trecho 1 da ferrovia ("FIOL 1") subconcessionado para a Companhia vai de Caetité a Ilhéus, passando por 19 municípios na Bahia ao longo de 537 quilômetros.

Atualmente, a Companhia está em fase pré-operacional e vem despendendo seus recursos em: (a) obras iniciais de infraestrutura e superestrutura ferroviárias; (b) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; (c) desapropriações de áreas que impactam na finalização da construção da infraestrutura da malha ferroviária; (d) contratações de serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração e (e) manutenção das condicionantes das licenças e permissões da Companhia, os quais, de acordo com as estimativas iniciais, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

O prazo previsto em contrato para finalização das obras de construção da infraestrutura da malha ferroviária e o consequente início das operações é de cinco anos da data da assinatura do contrato. A Bahia Ferrovias requereu a prorrogação das obrigações não financeiras junto à ANTT, referente aos investimentos com prazos determinados. O pedido de extensão do prazo contratual fundamentou-se no artigo 65 da Lei nº 14.273/2021 ("Lei das Ferrovias"), que trata dos investimentos com prazos determinados. Em resposta, a ANTT reconheceu que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente de ajustes contratuais. Após diversas tratativas administrativas entre as partes, diante da divergência de posicionamento entre a ANTT e a Companhia quanto a incidência do Acréscimo à Outorga decorrente da postergação das obrigações não financeiras com base na referida norma, em 31 de março de 2025, foi firmado, unilateralmente, o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Subconcessão, prorrogando os prazos para conclusão de obrigações não financeiras assumidas pela Subconcessionária por ocasião da celebração do Contrato de Subconcessão, com previsão de eventual incidência de Acréscimo à Outorga, caso os investimentos com prazo determinado não sejam concluídos nos prazos originalmente estabelecidos no Caderno de Obrigações Contrato de Subconcessão da FIOL, trecho 1. Considerando o teor da decisão adotada na esfera administrativa, a Companhia avalia encaminhar a questão para arbitragem. Adicionalmente, diante da ausência de definição sobre a modelagem e métrica para mensuração de eventual Acréscimo à Outorga até o momento, não é possível avaliar eventuais impactos financeiros decorrentes da discussão do tema.

A Companhia tem prejuízo acumulado no valor de R\$ 154.520 (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 146.031) e apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 14.506 (em 31 de dezembro de 2024 R\$ 15.835). A Companhia conta com a intenção do Grupo ERG, através do acionista controlador Bahia Mineração S.A. ("BAMIN"), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades.

# Relatório da Administração

31 de março 2025

(Em milhares de reais)

## Projeto PdF

O Projeto Pedra de Ferro (“Projeto PdF”) segue em desenvolvimento, com a Administração da BAMIN revisando o cronograma de obras para preparar o avanço das próximas etapas do projeto.

A Administração da BAMIN mantém seu compromisso com a evolução das próximas fases do Projeto Pedra de Ferro, com a expectativa de alcançar, até 2031, a capacidade total de produção e operação da Mina Pedra de Ferro (“Mina PdF”), da FIOL 1 e do Porto Sul. Essa expansão será viabilizada pela integração dos três segmentos de atuação da BAMIN, cujas obras iniciais foram concluídas conforme o cronograma estabelecido.

Com a conclusão das obras iniciais do Projeto Pedra de Ferro, a Administração da BAMIN está revisando o cronograma de desenvolvimento do Projeto PdF para estruturar as ações necessárias ao início de uma nova etapa de obras e construções. Nesse contexto, o Projeto PdF entra em um período de conservação e manutenção da Mina PdF, da FIOL 1 e do Porto Sul. Essa fase transitória deverá se estender até que seja definida a estrutura de capital necessária para viabilizar o avanço da próxima etapa de obras do Projeto PdF.

Desta forma, os investimentos realizados no Projeto PdF refletem a visão estratégica da BAMIN de consolidar um corredor logístico eficiente, sustentável e integrado, capaz de impulsionar a competitividade do minério de ferro da BAMIN no mercado internacional.

Para os próximos períodos, a Administração da BAMIN mantém uma perspectiva positiva, sustentada pelo apoio contínuo do acionista controlador e pela crescente demanda global por minério de ferro de alta qualidade. A BAMIN permanece comprometida com a execução de seu plano de negócios, realizando de forma diligente todas as atividades de conservação e manutenção da Mina PdF, da FIOL 1 e do Porto Sul. A BAMIN também assegura o cumprimento integral de suas obrigações socioambientais, garantindo a regularidade dos licenciamentos do Projeto PdF e reforçando seu compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento responsável.

Além disso, o Grupo ERG continua empenhado na busca por investidores estratégicos que possam contribuir para a implantação e consolidação do Projeto Pedra de Ferro, com vistas à geração de valor sustentável.

## **Capital social**

O capital social autorizado está representado por 639.501.851 (seiscentos e trinta e nove milhões, quinhentos e um mil, oitocentos e cinquenta e uma) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor totalmente integralizado corresponde à R\$ 639.502.

## **Continuidade operacional**

A Administração da Companhia elaborou suas Informações Financeiras Intermediárias no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação o suporte financeiro de seu acionista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter os recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela Administração da Companhia.

## **Responsabilidade da administração**

Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as Informações Financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2025, o desempenho das operações e os fluxos de caixa, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Companhia enfrenta.

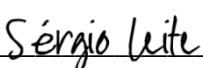
# Relatório da Administração

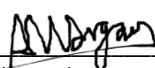
31 de março 2025

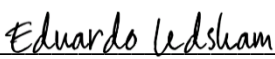
(Em milhares de reais)

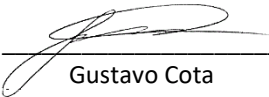
## Diretores

Os diretores em exercício durante o período das informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2025, bem como até a data de sua assinatura em 15 de maio de 2025, estão indicados a seguir:

  
Sérgio Leite  
**Diretor Presidente**

  
Alexandre Aigner  
**Diretor Financeiro**

  
Eduardo Ledsham  
**Diretor**

  
Gustavo Cota  
**Diretor**

## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas e Diretores da  
**Bahia Ferrovias S.A.**  
Salvador – Bahia

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Bahia Ferrovias S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Ênfase – Continuidade do Projeto Pedra de Ferro

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às informações financeiras intermediárias, que descreve que o Projeto Pedra de Ferro - projeto que envolve a extração e beneficiamento de minério de ferro em Caetitê (BA), transporte através da Ferrovia de Integração Oeste Leste (“FIOL 1) até o Porto Sul, localizado em Ilhéus (BA), para exportação – entrou em um período de manutenção e os investimentos necessários para conclusão do projeto deverão ser retomados apenas com a entrada de investidores estratégicos. Desta forma, a continuidade da implementação do referido Projeto Pedra de Ferro está atrelada a uma transação futura e entrada de novos investidores. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador, 15 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/O



Daniel de Araujo Peixoto  
Contador CRC BA - 025348/O.

# Balanço patrimonial

31 de março de 2025

(Em milhares de reais)

|                                              | Nota | 31 de março<br>2025 | 31 de dezembro<br>2024 |
|----------------------------------------------|------|---------------------|------------------------|
| <b>Ativo</b>                                 |      |                     |                        |
| <b>Circulante</b>                            |      |                     |                        |
| Caixa e equivalentes de caixa                | 5    | 7.482               | 2.009                  |
| Adiantamentos                                | 6    | 61                  | 6.373                  |
| Tributos a recuperar                         | 7    | 8.039               | 11.817                 |
| Outros ativos                                | 9    | 5.138               | 3.681                  |
|                                              |      | 20.720              | 23.880                 |
| <b>Não circulante</b>                        |      |                     |                        |
| Tributos a recuperar                         | 7    | 19                  | -                      |
| Depósitos judiciais                          | 8    | 3.992               | 3.961                  |
| Outros ativos                                | 9    | 73                  | 117                    |
|                                              |      | 4.084               | 4.078                  |
| Imobilizado                                  | 10   | 497.214             | 461.689                |
| Direito de uso                               | 11   | 29.379              | 29.613                 |
| Intangível                                   | 12   | 211                 | 226                    |
|                                              |      | 526.804             | 491.528                |
| <b>Total do ativo</b>                        |      | 551.608             | 519.486                |
| <b>Passivo</b>                               |      |                     |                        |
| <b>Circulante</b>                            |      |                     |                        |
| Fornecedores                                 | 13   | 26.562              | 30.866                 |
| Obrigações tributárias e sociais             | 14   | 6.632               | 6.391                  |
| Partes relacionadas                          | 16   | 2.020               | 2.446                  |
| Outros passivos                              |      | 12                  | 12                     |
|                                              |      | 35.226              | 39.715                 |
| <b>Total do passivo</b>                      |      | 35.226              | 39.715                 |
| <b>Patrimônio líquido</b>                    |      |                     |                        |
| Capital social                               | 17   | 639.502             | 595.502                |
| Prejuízos acumulados                         |      | (154.520)           | (146.031)              |
|                                              |      | 484.982             | 449.471                |
| Adiantamento para futuro aumento de capital  | 17   | 31.400              | 30.300                 |
|                                              |      | 31.400              | 30.300                 |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>           |      | 516.382             | 479.771                |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |      | 551.608             | 519.486                |

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias da Companhia.

# Demonstração do resultado do período

Período de três meses findo em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

|                                                   | Nota | 31 de março<br>2025 | 31 de março<br>2024 |
|---------------------------------------------------|------|---------------------|---------------------|
| Despesas gerais e administrativas                 | 18   | (17.934)            | (11.216)            |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas |      | 9.378               | -                   |
| <b>Prejuízo operacional</b>                       |      | <b>(8.556)</b>      | <b>(11.216)</b>     |
| Receitas financeiras                              |      | 99                  | 5.237               |
| Despesas financeiras                              |      | (32)                | (28)                |
| <b>Resultado financeiro</b>                       | 19   | <b>67</b>           | <b>5.209</b>        |
| <b>Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro</b>  |      | <b>(8.489)</b>      | <b>(6.007)</b>      |
| Imposto de renda e contribuição social            |      | -                   | -                   |
| <b>Prejuízo do período</b>                        |      | <b>(8.489)</b>      | <b>(6.007)</b>      |
| Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)       | 20   | (0,01)              | (0,01)              |

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias da Companhia.

## Demonstração do resultado abrangente

Período de três meses findo em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prejuízo do período

Outros resultados abrangentes

Total do resultado abrangente do período

| 31 de março<br>2025 | 31 de março<br>2024 |
|---------------------|---------------------|
| (8.489)             | (6.007)             |
| -                   | -                   |
| (8.489)             | (6.007)             |

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias da Companhia.

# Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de três meses findo em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

|                                             | Nota | Capital social | Prejuízos acumulados | Subtotal | Adiantamento para futuro aumento de capital | Total   |
|---------------------------------------------|------|----------------|----------------------|----------|---------------------------------------------|---------|
| Em 31 de dezembro 2023                      |      | 595.502        | (89.000)             | 506.502  | -                                           | 506.502 |
| Prejuízo do período                         | 17   | -              | (6.007)              | -        | -                                           | (6.007) |
| Em 31 de março de 2024                      |      | 595.502        | (95.007)             | 500.492  | -                                           | 500.495 |
| Em 31 de dezembro 2024                      |      | 595.502        | (146.031)            | 449.471  | 30.300                                      | 479.771 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 17   | -              | -                    | -        | 45.100                                      | 45.100  |
| Integralização de capital                   | 17   | 44.000         | -                    | 44.000   | (44.000)                                    | -       |
| Prejuízo do período                         |      | -              | (8.489)              | (8.489)  | -                                           | (8.489) |
| Em 31 de março de 2025                      |      | 639.502        | (154.520)            | 484.982  | 31.400                                      | 516.382 |

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias da Companhia.

# Demonstração dos fluxos de caixa

Período de três meses findo em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

|                                                             | Nota    | 31 de março<br>2025 | 31 de março<br>2024 |
|-------------------------------------------------------------|---------|---------------------|---------------------|
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>           |         |                     |                     |
| Prejuízo do exercício                                       |         | (8.489)             | (6.007)             |
| <b>Ajustes para reconciliação do prejuízo do período</b>    |         |                     |                     |
| Depreciação e amortização                                   | 10 a 12 | 446                 | 454                 |
| <b>Variações no capital circulante</b>                      |         |                     |                     |
| Adiantamentos                                               | 6       | 6.312               | (5.096)             |
| Tributos a recuperar                                        | 7       | 3.759               | 1.318               |
| Depósitos judiciais                                         | 8       | (31)                | (3)                 |
| Fornecedores                                                | 13      | (4.304)             | (18.247)            |
| Obrigações tributárias e sociais                            | 14      | 241                 | 953                 |
| Partes relacionadas                                         | 16      | (426)               | (515)               |
| Outros ativos                                               | 9       | (1.413)             | 994                 |
| <b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>      |         | <b>(3.905)</b>      | <b>(26.149)</b>     |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>        |         |                     |                     |
| Aquisição de imobilizado                                    | 10      | (35.722)            | (65.712)            |
| <b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>   |         | <b>(35.722)</b>     | <b>(65.712)</b>     |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>       |         |                     |                     |
| Adiantamento para futuro aumento de capital                 | 17      | 45.100              | -                   |
| <b>Caixa líquido gerado das atividades de financiamento</b> |         | <b>45.100</b>       | <b>-</b>            |
| <b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>   |         | <b>5.473</b>        | <b>(91.861)</b>     |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período          | 5       | 2.009               | 245.653             |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>    | 5       | <b>7.482</b>        | <b>153.792</b>      |

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias da Companhia.

# Demonstração do valor adicionado

Período de três meses findo em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

|                                                          | 31 de março<br>2025 | 31 de março<br>2024 |
|----------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Outras receitas                                          | 9.378               | -                   |
| <b>Receitas</b>                                          | <b>9.378</b>        | <b>-</b>            |
|                                                          |                     |                     |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros       | (9.519)             | (1.834)             |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                            | <b>(141)</b>        | <b>(1.834)</b>      |
|                                                          |                     |                     |
| Depreciação e amortização                                | (212)               | (220)               |
| <b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b> | <b>(353)</b>        | <b>(2.054)</b>      |
|                                                          |                     |                     |
| <b>Recebido de terceiros</b>                             |                     |                     |
| Receita financeira                                       | 99                  | 5.237               |
| <b>Valor adicionado recebido em transferências</b>       | <b>99</b>           | <b>5.237</b>        |
|                                                          |                     |                     |
| <b>Total do valor adicionado a distribuir</b>            | <b>(254)</b>        | <b>3.183</b>        |
|                                                          |                     |                     |
| <b>Pessoal e encargos</b>                                |                     |                     |
| Remuneração direta                                       | 3.914               | 4.657               |
| Benefícios                                               | 1.993               | 2.471               |
| FGTS                                                     | 313                 | 381                 |
|                                                          |                     |                     |
| <b>Impostos, taxas e contribuições</b>                   |                     |                     |
| Federais                                                 | 1.947               | 1.580               |
| Municipais                                               | 36                  | 73                  |
|                                                          |                     |                     |
| <b>Remuneração de capitais de terceiros</b>              |                     |                     |
| Despesas financeiras                                     | 32                  | 28                  |
|                                                          |                     |                     |
| <b>Remuneração de capitais próprios</b>                  |                     |                     |
| Prejuízo do período                                      | (8.489)             | (6.007)             |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>                  | <b>(254)</b>        | <b>3.183</b>        |

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias da Companhia.

# Notas explicativas as Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Bahia Ferrovias S.A. ("Bahia Ferrovias" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 19 de julho de 2021, com o objetivo de explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a da construção e da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Magalhães Neto, 1.752, edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

Em 3 de setembro de 2021, foi assinado o Contrato de Subconcessão da exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, denominada de Ferrovia de Integração Oeste-Leste ("FIOL"), entre a União, representado pela ANTT e a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. ("VALEC"), denominada interveniente e subconcedente e a Companhia, na qualidade de subconcessionária, para a construção e prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da FIOL, por um período de 35 anos, a contar a partir da data da assinatura, não postergável.

Anteriormente à subconcessão, o empreendimento FIOL, estava sendo executado pela VALEC, empresa pública vinculada ao Ministério de Infraestrutura ("MINFRA"). O projeto completo da FIOL compreende o trecho entre os municípios de Ilhéus, no estado da Bahia, e o município de Figueirópolis, no estado de Tocantins, numa extensão de 1.527 km. O Trecho 1 da ferrovia ("FIOL 1") subconcessionado para a Companhia vai de Caetité a Ilhéus, passando por 19 municípios na Bahia ao longo de 537 quilômetros.

Atualmente, a Companhia está em fase pré-operacional e vem despendendo seus recursos em: (a) obras iniciais de infraestrutura e superestrutura ferroviárias; (b) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; (c) desapropriações de áreas que impactam na finalização da construção da infraestrutura da malha ferroviária; (d) contratações de serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração e (e) manutenção das condicionantes das licenças e permissões da Companhia, os quais, de acordo com as estimativas iniciais, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

O prazo previsto em contrato para finalização das obras de construção da infraestrutura da malha ferroviária e o consequente início das operações é de cinco anos da data da assinatura do contrato. A Bahia Ferrovias requereu a prorrogação das obrigações não financeiras junto à ANTT, referente aos investimentos com prazos determinados. O pedido de extensão do prazo contratual fundamentou-se no artigo 65 da Lei nº 14.273/2021 ("Lei das Ferrovias"), que trata dos investimentos com prazos determinados. Em resposta, a ANTT reconheceu que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente de ajustes contratuais. Após diversas tratativas administrativas entre as partes, diante da divergência de posicionamento entre a ANTT e a Companhia quanto a incidência do Acréscimo à Outorga decorrente da postergação das obrigações não financeiras com base na referida norma, em 31 de março de 2025, foi firmado, unilateralmente, o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Subconcessão, prorrogando os prazos para conclusão de obrigações não financeiras assumidas pela Subconcessionária por ocasião da celebração do Contrato de Subconcessão, com previsão de eventual incidência de Acréscimo à Outorga, caso os investimentos com prazo determinado não sejam concluídos nos prazos originalmente estabelecidos no Caderno de Obrigações Contrato de Subconcessão da FIOL, trecho 1. Considerando o teor da decisão adotada na esfera administrativa, a Companhia avalia encaminhar a questão para arbitragem. Adicionalmente, diante da ausência de definição sobre a modelagem e métrica para mensuração de eventual Acréscimo à Outorga até o momento, não é possível avaliar eventuais impactos financeiros decorrentes da discussão do tema.

# Notas explicativas as Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional (continuação)

### Projeto PdF

O Projeto Pedra de Ferro (“Projeto PdF”) segue em desenvolvimento, com a Administração da BAMIN revisando o cronograma de obras para preparar o avanço das próximas etapas do projeto.

A Administração da BAMIN mantém seu compromisso com a evolução das próximas fases do Projeto Pedra de Ferro, com a expectativa de alcançar, até 2031, a capacidade total de produção e operação da Mina Pedra de Ferro (“Mina PdF”), da FIOL 1 e do Porto Sul. Essa expansão será viabilizada pela integração dos três segmentos de atuação da BAMIN, cujas obras iniciais foram concluídas conforme o cronograma estabelecido.

Com a conclusão das obras iniciais do Projeto Pedra de Ferro, a Administração da BAMIN está revisando o cronograma de desenvolvimento do Projeto PdF para estruturar as ações necessárias ao início de uma nova etapa de obras e construções. Nesse contexto, o Projeto PdF entra em um período de conservação e manutenção da Mina PdF, da FIOL 1 e do Porto Sul. Essa fase transitória deverá se estender até que seja definida a estrutura de capital necessária para viabilizar o avanço da próxima etapa de obras do Projeto PdF.

Desta forma, os investimentos realizados no Projeto PdF refletem a visão estratégica da BAMIN de consolidar um corredor logístico eficiente, sustentável e integrado, capaz de impulsionar a competitividade do minério de ferro da BAMIN no mercado internacional.

Para os próximos períodos, a Administração da BAMIN mantém uma perspectiva positiva, sustentada pelo apoio contínuo do acionista controlador e pela crescente demanda global por minério de ferro de alta qualidade. A BAMIN permanece comprometida com a execução de seu plano de negócios, realizando de forma diligente todas as atividades de conservação e manutenção da Mina PdF, da FIOL 1 e do Porto Sul. A BAMIN também assegura o cumprimento integral de suas obrigações socioambientais, garantindo a regularidade dos licenciamentos do Projeto PdF e reforçando seu compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento responsável.

Além disso, o Grupo ERG continua empenhado na busca por investidores estratégicos que possam contribuir para a implantação e consolidação do Projeto Pedra de Ferro, com vistas à geração de valor sustentável.

## 2. Base de elaboração e apresentação das Informações financeiras intermediárias

### (a) Declaração de conformidade das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração intermediária emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). Todas as informações relevantes das informações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia.

Essas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e devem ser lidas em conjunto. As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas não foram repetidas integralmente nestas informações trimestrais.

# Notas explicativas as Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## (a) Declaração de conformidade das informações financeiras intermediárias (continuação)

Os itens incluídos nas informações financeiras intermediárias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"), que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais ("R\$") e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As presentes informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 15 de maio de 2025.

## (b) Novas normas, interpretações e revisões emitidas

As normas e interpretações emitidas pelo IASB relevantes para a Companhia que ainda não estão em vigor são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que essas novas normas contábeis e seus requisitos de alterações terão em suas informações financeiras intermediárias, não sendo esperado impacto material nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

## 3. Estimativas e os julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Na elaboração das informações financeiras intermediárias, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras intermediárias da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes às perdas por redução ao valor recuperável de ativos, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do direito de uso com vida útil definida e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes serão sempre as mais próximas possíveis, e raramente iguais aos respectivos resultados reais.

### (a) Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou suas informações financeiras intermediárias no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação a intenção não vinculante do suporte financeiro de seu acionista controlador, enquanto a Companhia permanecer como subsidiária indireta da controladora final, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela administração da Companhia.

### (b) Perda (*impairment*) do direito de exploração da subconcessão

O direito de exploração da subconcessão é revisado anualmente para verificar se há indicativos de *impairment* ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* será reconhecida pela diferença entre valor contábil do ativo excedente e o valor recuperável verificado. Entretanto, não há indicadores de *impairment* identificados para a Companhia.

# Notas explicativas as Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Estimativas e os julgamentos contábeis críticos

### (c) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

#### Subconcessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e a Orientação OCPC 05 – “Contratos de Concessão”.

Os ativos decorrentes do contrato de subconcessão da malha ferroviária estão sob a ótica do CPC 06 (R2) / IFRS 16, onde, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor mensurado inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O Contrato de Subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, todos os bens serão revertidos para a VALEC, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do Contrato de Subconcessão.

No final do Contrato de Subconcessão, os bens de propriedade da Subconcessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários para a continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a Subconcessão, poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme prevê o Contrato de Subconcessão.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas.

## 4. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

# Notas explicativas as Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Gestão de risco financeiro (continuação)

Os fatores de risco considerados nas informações financeiras intermediárias permanecem consistentes com os considerados nas demonstrações contábeis auditadas de 2024.

### (a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros.

### (b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pela Companhia. O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição em particular.

### (c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data da demonstração contábeis e a data contratual do vencimento.

|              | Total em 31 de<br>março de 2025    | Menos de<br>3 meses | Entre<br>3 e 6 meses | Entre<br>6 e 12 meses |
|--------------|------------------------------------|---------------------|----------------------|-----------------------|
| Fornecedores | 26.562                             | 26.562              | -                    | -                     |
|              | Total em 31 de<br>dezembro de 2024 | Menos de<br>3 meses | Entre<br>3 e 6 meses | Entre<br>6 e 12 meses |
| Fornecedores | 30.866                             | 30.866              | -                    | -                     |

### (d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Periodicamente a Administração revisa a estrutura de capital da Companhia e sua capacidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação as obrigações de desempenho junto ao contrato de concessão, dentre outras atividades, tomando as ações julgadas como necessárias para assegurar seu equilíbrio financeiro.

# Notas explicativas as Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Gestão de risco financeiro (continuação)

### (d) Gestão de capital (continuação)

A gestão de capital da Companhia compreende a aplicação de recursos em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. A Companhia não possui dívidas com terceiros.

Em 31 de março de 2025, a Companhia não apresenta dívidas com empréstimos e financiamento com terceiros.

### (e) Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e transações entre partes relacionadas. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros, incluindo a sua forma de mensuração e os seus níveis na hierarquia do valor justo:

|                               |                     | 31 de março<br>2025 | 31 de dezembro<br>2024 |
|-------------------------------|---------------------|---------------------|------------------------|
| <b>Ativos</b>                 | <b>Categoria</b>    |                     |                        |
| Caixa e equivalentes de caixa | Ao custo amortizado | 7.482               | 2.009                  |
|                               |                     | 7.482               | 2.009                  |
| <b>Passivos</b>               | <b>Categoria</b>    |                     |                        |
| Fornecedores                  | Ao custo amortizado | 26.562              | 30.866                 |
| Partes relacionadas           | Ao custo amortizado | 2.020               | 2.446                  |
|                               |                     | 28.582              | 33.312                 |

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas.

## 5. Caixa e equivalente de caixa

|                                       | 31 de março<br>2025 | 31 de dezembro<br>2024 |
|---------------------------------------|---------------------|------------------------|
| Recursos em caixa                     | 5                   | 5                      |
| Depósitos bancários à vista           | 49                  | 22                     |
| Aplicações financeiras de curto prazo | 7.428               | 1.982                  |
|                                       | 7.482               | 2.009                  |

As aplicações financeiras em renda fixa foram contratadas junto a instituições financeiras que operam no mercado nacional e em condições e taxas normais de mercado, com baixo risco de liquidez, remuneração média de 100,64% do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários em 31 de março de 2025 (remuneração média de 102,83% do CDI em 31 de dezembro de 2024) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata e por essa razão foram classificados como equivalentes de caixa por atenderem aos requisitos no CPC 03 / IAS 7.

## 6. Adiantamentos

|              | 31 de março<br>2025 | 31 de dezembro<br>2024 |
|--------------|---------------------|------------------------|
| Fornecedores | -                   | 6.323                  |
| Empregados   | 61                  | 50                     |
|              | 61                  | 6.373                  |

# Notas explicativas as Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 7. Tributos a recuperar

IRRF<sup>1</sup> sobre aplicações financeiras  
PIS<sup>2</sup> e COFINS<sup>3</sup> não cumulativo  
Saldo negativo de IR<sup>4</sup> (i)

| 31 de março<br>2025 | 31 de dezembro<br>2024 |
|---------------------|------------------------|
| 19                  | 3.906                  |
| 17                  | 9                      |
| 8.022               | 7.902                  |
| 8.058               | 11.817                 |
| (8.039)             | (11.817)               |
| 19                  | -                      |

(-) Circulante  
Não Circulante

(i) Corresponde ao saldo de imposto de renda a compensar após a Companhia realizar a retenção de IR sobre aplicações financeiras tendo apurado prejuízo fiscal no período. A Companhia está realizando esse valor, mensalmente, através da compensação de outros tributos federais.

## 8. Depósitos judiciais

Desapropriações

| 31 de março<br>2025 | 31 de dezembro<br>2024 |
|---------------------|------------------------|
| 3.992               | 3.961                  |

O saldo de depósitos judiciais em 31 de março de 2025 é de R\$ 3.992 (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 3.961) refere-se a processos legais de desapropriações de áreas da faixa de domínio da FIOL.

## 9. Outros ativos

Multas contratuais a receber  
Seguros  
Outras contas a receber

| 31 de março<br>2025 | 31 de dezembro<br>2024 |
|---------------------|------------------------|
| 2.782               | -                      |
| 2.393               | 3.796                  |
| 36                  | 2                      |
| 5.211               | 3.798                  |
| (5.138)             | (3.681)                |
| 73                  | 117                    |

(-) Circulante  
Não circulante

<sup>1</sup> Imposto de Renda Retido na Fonte.

<sup>2</sup> Programa de Integração Social.

<sup>3</sup> Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

<sup>4</sup> Imposto de Renda.

# Notas explicativas as Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Imobilizado

|                           | Imobilizado em construção (i) | Benfeitorias | Outros | Total   |
|---------------------------|-------------------------------|--------------|--------|---------|
| Em 31 de dezembro de 2023 | 263.507                       | 1.470        | 2.722  | 267.699 |
| Custo                     | 263.507                       | 1.840        | 3.222  | 268.569 |
| Depreciação acumulada     | -                             | (370)        | (500)  | (870)   |
| Adições                   | 65.705                        | -            | 7      | 65.712  |
| Transferências            | -                             | (94)         | (116)  | (210)   |
| Em 31 de março de 2024    | 329.212                       | 1.376        | 2.613  | 333.201 |
| Custo total               | 329.212                       | 1.840        | 3.229  | 334.281 |
| Depreciação acumulada     | -                             | (464)        | (616)  | (1.080) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 458.621                       | 1.100        | 1.968  | 461.689 |
| Custo                     | 458.621                       | 1.840        | 2.819  | 463.280 |
| Depreciação acumulada     | -                             | (740)        | (851)  | (1.591) |
| Adições                   | 35.722                        | -            | -      | 35.722  |
| Depreciação               | -                             | (92)         | (105)  | (197)   |
| Em 31 de março de 2025    | 494.343                       | 1.008        | 1.863  | 497.214 |
| Custo total               | 494.343                       | 1.840        | 2.819  | 499.002 |
| Depreciação acumulada     | -                             | (832)        | (956)  | (1.788) |

- (i) Sob o Contrato de Subconcessão da FIOL, trecho 1, a Companhia tem por obrigação a finalização da construção dos ativos que compõe a infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária. Desta forma, a Companhia tem principalmente despendido seus recursos em: (a) obras iniciadas de infraestrutura e superestrutura ferroviárias; (b) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; e (c) contratações de serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração da FIOL, trecho 1. Tais recursos despendidos e citados anteriormente compõe o ativo em andamento da Bahia Ferrovias. O prazo previsto em contrato para finalização das obras de construção da infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária é de cinco anos da data da assinatura do contrato. A Bahia Ferrovias requereu a prorrogação das obrigações não financeiras junto à ANTT, referente aos investimentos com prazos determinados, com base na Lei. 14.273/2021 ("Lei das Ferrovias"). A Agência Nacional de Transportes Terrestres forneceu uma devolutiva sobre o tema, entendendo que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente dos ajustes contratuais necessários. O montante do ativo em andamento será revertido para a União ao final do contrato de subconcessão.

### Análise da vida útil

Até 31 de março de 2025, não houve alteração em relação às vidas úteis adotadas. A Companhia procede esta avaliação das vidas úteis periodicamente.

### Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment")

De acordo com o CPC 01 / IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

# Notas explicativas as Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Imobilizado (continuação)

A Administração da Companhia realizou a análise de *impairment* dos seus ativos em 31 de dezembro de 2024. Foram identificados indicadores de *impairment* devido a revisão do cronograma de desenvolvimento do Projeto PdF e entrada em uma fase transitória de conservação e manutenção do Projeto PdF, conforme divulgado na nota 1. Devido a estes fatores, a Administração realizou análise dos fluxos de caixa projetados para o Projeto PdF, a fim de avaliar eventual necessidade de redução do imobilizado, intangível e outros ativos ao seu valor de recuperação durante o exercício. Para 31 de março de 2025, revisou as premissas utilizadas para 2024, sem identificar necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

## 11. Direito de uso

|                               | Outorga da<br>subconcessão (i) | Total          |
|-------------------------------|--------------------------------|----------------|
| Em 31 de dezembro de 2023     | 30.548                         | 30.548         |
| Custo total                   | 32.730                         | 32.730         |
| Amortização acumulada         | (2.182)                        | (2.182)        |
| Amortização (ii)              | (234)                          | (234)          |
| Em 31 de março de 2024        | 30.314                         | 30.314         |
| Custo total                   | 32.730                         | 32.730         |
| Amortização acumulada         | (2.416)                        | (2.416)        |
| Em 31 de dezembro de 2024     | 29.613                         | 29.613         |
| Custo total                   | 32.730                         | 32.730         |
| Amortização acumulada         | (3.117)                        | (3.117)        |
| Amortização (ii)              | (234)                          | (234)          |
| <b>Em 31 de março de 2025</b> | <b>29.379</b>                  | <b>29.379</b>  |
| Custo total                   | <b>32.730</b>                  | <b>32.730</b>  |
| Amortização acumulada         | <b>(3.351)</b>                 | <b>(3.351)</b> |

- (i) A obrigação associada à Outorga do Contrato de Subconcessão da FIOL, trecho 1, foi integralmente liquidada em pagamento único em agosto de 2021, não havendo assim passivo sobre esse direito de uso.
- (ii) O valor amortizado em 31 de março de 2025 é de R\$ 234 (em 31 de março de 2024, R\$ 234). A amortização é com base no período de uso concedido a Bahia Ferrovia que é de 35 anos. Os valores referentes à amortização do Contrato de Subconcessão da FIOL, trecho 1, são capitalizados.

# Notas explicativas as Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Intangível

|                           | Softwares | Total |
|---------------------------|-----------|-------|
| Em 31 de dezembro de 2023 | 173       | 173   |
| Custo total               | 207       | 207   |
| Amortização acumulada     | (34)      | (34)  |
| Amortização do período    | (10)      | (10)  |
| Em 31 de março de 2024    | 163       | 163   |
| Custo total               | 207       | 207   |
| Amortização acumulada     | (44)      | (44)  |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 226       | 226   |
| Custo total               | 306       | 306   |
| Amortização acumulada     | (80)      | (80)  |
| Amortização do período    | (15)      | (15)  |
| Em 31 de março de 2025    | 211       | 211   |
| Custo total               | 306       | 306   |
| Amortização acumulada     | (95)      | (95)  |

### Análise da vida útil

Até 31 de março de 2025, não houve alteração em relação às vidas úteis adotadas. A Companhia procede esta avaliação das vidas úteis periodicamente.

### Perdas pela não recuperabilidade de intangível ("impairment")

De acordo com o CPC 01 / IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração da Companhia realizou a análise de *impairment* dos seus ativos em 31 de dezembro de 2024. Foram identificados indicadores de *impairment* devido a revisão do cronograma de desenvolvimento do Projeto PdF e entrada em uma fase transitória de conservação e manutenção do Projeto PdF, conforme divulgado na nota 1. Devido a estes fatores, a Administração realizou análise dos fluxos de caixa projetados para o Projeto PdF, a fim de avaliar eventual necessidade de redução do imobilizado, intangível e outros ativos ao seu valor de recuperação durante o exercício. Para 31 de março de 2025, revisou as premissas utilizadas para 2024, sem identificar necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

# Notas explicativas as Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 13. Fornecedores

|                               | 31 de março<br>2025 | 31 de dezembro<br>2024 |
|-------------------------------|---------------------|------------------------|
| Fornecedor no mercado interno | 26.562              | 30.866                 |

Os principais parceiros de negócio da Companhia são fornecedores parceiros, envolvidos diretamente no projeto e execução de obras de conservação e manutenção da infraestrutura e superestrutura ferroviárias do lote 1F do trecho 1 da FIOL. Não houve acordos de financiamento com fornecedores para os períodos divulgados.

## 14. Obrigações tributárias e sociais

|                                        | 31 de março<br>2025 | 31 de dezembro<br>2024 |
|----------------------------------------|---------------------|------------------------|
| Participação nos resultados            | 3.276               | 2.495                  |
| Provisão de férias                     | 1.423               | 1.457                  |
| Tributos retidos sobre serviços        | 1.318               | 1.824                  |
| Tributos sobre obrigações trabalhistas | 418                 | 615                    |
| Outros                                 | 197                 | -                      |
|                                        | 6.632               | 6.391                  |

## 15. Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados

A Companhia identificou passivos contingentes associados a três autuações lavradas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres por supostas infrações, resultando em multas devido ao não cumprimento de cláusulas estipuladas no contrato de subconcessão da FIOL 1. Após uma análise realizada pelos assessores jurídicos da Companhia, concluiu-se que não era apropriado provisionar valores para estes processos, uma vez que as perdas esperadas foram consideradas apenas possíveis. O montante total envolvido nestes processos é estimado em aproximadamente R\$ 903 (2024, R\$ 903).

Adicionalmente, a Companhia identificou passivos contingentes associados a processos judiciais intentados, envolvendo reclamações trabalhistas e ações indenizatórias com perdas esperadas consideradas possíveis, em montante total estimado em aproximadamente R\$ 3.977 (2024, R\$ 0).

A Companhia identificou um passivo contingente relacionado à prorrogação das obrigações não financeiras da Bahia Ferrovias junto à ANTT. O pedido de extensão do prazo contratual fundamentou-se no artigo 65 da Lei nº 14.273/2021 ("Lei das Ferrovias"), que trata dos investimentos com prazos determinados. Em resposta, a ANTT reconheceu que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente de ajustes contratuais. Após diversas tratativas administrativas entre as partes, diante da divergência de posicionamento entre a ANTT e a Companhia quanto a incidência do Acréscimo à Outorga decorrente da postergação das obrigações não financeiras com base na referida norma, em 31 de março de 2025, foi firmado, unilateralmente, o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Subconcessão, prorrogando os prazos para conclusão de obrigações não financeiras assumidas pela Subconcessionária por ocasião da celebração do Contrato de Subconcessão, com previsão de eventual incidência de Acréscimo à Outorga, caso os investimentos com prazo determinado não sejam concluídos nos prazos originalmente estabelecidos no Caderno de Obrigações Contrato de Subconcessão da FIOL, trecho 1. Considerando o teor da decisão adotada na esfera administrativa, a Companhia avalia encaminhar a questão para arbitragem. Neste sentido, após análise realizada pelos assessores jurídicos da Companhia, concluiu-se não ser apropriado provisionar montantes para essa questão, uma vez que as perdas esperadas foram consideradas apenas possíveis. Adicionalmente, diante da ausência de definição sobre a modelagem e métrica para mensuração de eventual Acréscimo à Outorga até o momento, não é possível avaliar eventuais impactos financeiros decorrentes da discussão do tema.

# Notas explicativas as Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. Partes relacionadas

|                      | 31 de março<br>2025 | 31 de dezembro<br>2024 |
|----------------------|---------------------|------------------------|
| Bahia Mineração S.A. | 2.020               | 2.446                  |

### (a) Transação e saldos

Em 31 de março de 2025, o saldo passivo de R\$ 2.020 (em 31 de dezembro 2024, R\$ 2.446) com partes relacionadas, decorre de contrato firmado especificamente para reembolso de despesas gerais e administrativas relacionadas ao compartilhamento de recursos materiais e humanos, incorridos pelo seu acionista controlador BAMIN.

O contrato, firmado com o objetivo de reembolsar despesas gerais e administrativas associadas ao compartilhamento de recursos materiais e humanos incorridos pelo acionista controlador BAMIN, foi assinado em 3 de setembro de 2021. O mesmo contrato foi renovado automaticamente nos anos de 2022, 2023 e 2024, não abrangendo a incidência de encargos financeiros.

Todas as operações realizadas foram efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. As principais transações mantidas entre a Companhia, empresas ligadas e seus acionistas referem-se à prestação de serviços, serviços compartilhados e aluguéis.

### (b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A Companhia realizou o pagamento de R\$ 2.184 a título de remuneração do pessoal-chave da Administração, que são os diretores da Companhia, referente ao período de janeiro até março de 2025 (no mesmo período em 2024, R\$ 1.552).

## 17. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social autorizado em 31 de março de 2025, está representado por 639.501.851 (seiscentos e trinta e nove milhões, quinhentos e um mil, oitocentos e cinquenta e uma) ações ordinárias nominativas (em 31 de dezembro de 2024, 595.501.851), no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor totalmente integralizado corresponde à R\$ 639.502 (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 595.502).

Em 4 de fevereiro de 2025, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 44.000, mediante a emissão de 44.000.000 novas ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, anteriormente apresentado como adiantamento para futuro aumento de capital.

### (b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 14 e 28 de janeiro e 4 de fevereiro de 2025, o acionista controlador da Companhia aportou o montante de R\$ 45.100 correspondente a adiantamento para futuro aumento de capital. O acionista controlador da Companhia tem a intenção de converter integralmente todos os adiantamentos para futuro aumento de capital em capital social dentro do exercício social de 2025.

### (c) Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. Em 31 de março de 2025 a Companhia não auferiu lucros e não distribuiu dividendos.

# Notas explicativas as Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 17. Patrimônio líquido (continuação)

### (d) Composição acionária

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a totalidade (100%) da composição acionária era detida pela Bahia Mineração S.A.

## 18. Despesas gerais e administrativas

|                                               | 31 de março<br>2025 | 31 de março<br>2024 |
|-----------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Salários, férias, 13º salário e encargos      | 7.287               | 8.806               |
| Consultorias, assessorias e serviços gerais   | 7.850               | 928                 |
| Tributos                                      | 934                 | 432                 |
| Depreciação e amortização                     | 198                 | 210                 |
| Seguros, <i>facilities</i> e <i>utilities</i> | 29                  | 10                  |
| Viagens, estadias e eventos corporativos      | 135                 | 195                 |
| Outros                                        | 1.501               | 635                 |
|                                               | 17.934              | 11.216              |

## 19. Resultado financeiro

|                                  | 31 de março<br>2025 | 31 de março<br>2024 |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|
| <b>Receitas financeiras</b>      |                     |                     |
| Receitas de aplicação financeira | 99                  | 5.237               |
|                                  | 99                  | 5.237               |
| <b>Despesas financeiras</b>      |                     |                     |
| Outras despesas financeiras      | (32)                | (28)                |
|                                  | (32)                | (28)                |
|                                  | 67                  | 5.209               |

## 20. Prejuízo por ação

### Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

|                                                   | 31 de março<br>2025 | 31 de março<br>2024 |
|---------------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia   | (8.489)             | (6.007)             |
| Média ponderada da quantidade de ações ordinárias | 622.879.629         | 595.501.851         |
| Prejuízo básico por ação – em (R\$)               | (0,01)              | (0,01)              |

# Notas explicativas as Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 20. Prejuízo por ação (continuação)

### Diluído

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. Em 31 de março de 2025, a Companhia não possuía categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

## 21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros, para os bens sujeitos a riscos relevantes, por montantes julgados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de março de 2025, os ativos cobertos nas apólices de seguros, as especificações por modalidade de risco e o limite máximo de indenização está sendo demonstrada na tabela abaixo:

| Modalidade                                              | Limite máximo de indenização (em R\$) |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| Responsabilidade civil para diretores e administradores | 60.000.000                            |
| Seguro garantia                                         | 358.860.444                           |
| Risco de engenharia                                     | 292.928.804                           |
| Responsabilidade civil geral e obras                    | 67.000.000                            |
| Responsabilidade civil ambientais obras                 | 20.000.000                            |
| Compreensivo empresarial                                | 9.896.295                             |

## 22. Evento subsequente

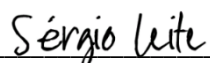
Em 8, 15, 22 e 29 de abril de 2025, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a transferência do montante de R\$ 15.000 da controladora Bahia Mineração S.A., a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 13 de maio de 2025, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a transferência do montante de R\$ 5.000 da controladora Bahia Mineração S.A., a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

# Composição da Diretoria e Gerência Geral Financeira

31 de março de 2025

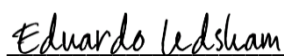
## Diretoria



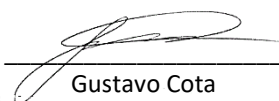
Sérgio Leite  
**Diretor Presidente**



Alexandre Aigner  
**Diretor Financeiro**



Eduardo Ledsham  
**Diretor**

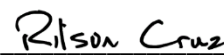


Gustavo Cota  
**Diretor**

## Gerência Geral Financeira



Pedro Machado  
**Gerente Geral de Finanças**



Rilson Cruz  
**Contador**  
CRC BA 036891/O-5

